



“O DIREITO DE VIVER EM PAZ¹”: EM DEFESA DA ANTROPOLOGIA COM AS CIDADES ATUAIS

FEIJÓ, CRISTIANE TAVARES

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil.
cristavaresfeij@gmail.com

LIMA, DANIEL VAZ

Universidade Federal de Pelotas, Brasil.
danielvazlima87@gmail.com



Fecha de envío: 02-06-2021 / Fecha de aceptación: 14-01-2022

1 Jara, Victor. 2014. *El derecho de vivir en paz*. (Youtube: Victor Jara Music. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XkXise2bHE0>. Acesso em 30 de maio de 2021)

Resumo

Neste texto, abordaremos experiências vividas em dois contextos, ambos contemplados pelos debates sobre a privatização e privação dos frágeis (agro)ecossistemas brasileiros e a mercantilização da vida. No primeiro item, descrevemos os engajamentos, junto aos pesquisadores/as, juristas e populações tradicionais, contra a emergência dos megaprojetos de mineração de metais pesados na pampa brasileira. No segundo item, foi realizada uma análise reflexiva e crítica do encontro entre pesquisadores(as) institucionais das distintas áreas do conhecimento e as organizações tradicionais, no que toca às disputas pelo acesso aos recursos fitogenéticos no Brasil. Por fim, são formuladas algumas considerações sobre como a antropologia cidadã permeia nossas práticas e discursos, possibilitando uma reflexão crítica sobre um emaranhado das relações.

PALAVRAS-CHAVE: Populações tradicionais e indígenas, Estado, práticas antropológicas, cidadanias.



“EL DERECHO DE VIVIR EN PAZ”: EM DEFESA DE ANTROPOLOGIAS COM ATUAÇÕES CIDADÃS

Resumen

En este texto abordaremos experiencias vividas en dos contextos, ambos contemplados por los debates sobre la privatización y privación de los frágiles (agro) ecosistemas brasileños y la mercantilización de la vida. En el primer ítem, describimos los compromisos, junto con investigadores, juristas y poblaciones tradicionales, contra el surgimiento de megaproyectos de minería de metales pesados en la pampa brasileña. En el segundo ítem, se realizó un análisis reflexivo y crítico del encuentro entre investigadores institucionales de diferentes áreas del conocimiento y organizaciones tradicionales, en torno a las disputas por el acceso a los recursos fitogenéticos en Brasil. Finalmente, se formulan algunas consideraciones sobre cómo la antropología ciuda-

dana permea nuestras prácticas y discursos, posibilitando una reflexión crítica sobre una maraña de relaciones.

PALABRAS CLAVE: Poblaciones tradicionales e indígenas, Estado, prácticas antropológicas, ciudadanías.

"THE RIGHT TO LIVE IN PEACE": IN DEFENSE OF ANTHROPOLOGY WITH CURRENT CITIES

Abstract

In this text, we will address experiences lived in two contexts, both covered by debates on the privatization and deprivation of fragile Brazilian (agro)ecosystems and the commodification of life. In the first item, we describe the engagements, together with researchers, jurists, and traditional populations, against the emergence of heavy metal mining megaprojects in the Brazilian pampas. In the second item, a reflective and critical analysis was carried out of the meeting between institutional researchers from different areas of knowledge and traditional organizations, regarding disputes over access to plant genetic resources in Brazil. Finally, some considerations are formulated about how citizen anthropology permeates our practices and discourses, enabling critical reflection on a tangle of relationships.

KEYWORDS: Traditional and indigenous populations, State, anthropological practices, citizenship.

"LE DROIT DE VIVRE EN PAIX": POUR LA DÉFENSE DE L'ANTHROPOLOGIE AVEC LES VILLES ACTUELLES

Résumé

Dans ce texte, nous aborderons des expériences vécues dans deux contextes, tous deux couverts par des débats sur la privatisation et la privatisation des (agro)écosystèmes



brésiliens fragiles et la marchandisation de la vie. Dans le premier article, nous décrivons les engagements, en collaboration avec des chercheurs, des juristes et des populations traditionnelles, contre l'émergence de mégaprojets miniers de métaux lourds dans la pampa brésilienne. Dans le deuxième point, une analyse réflexive et critique a été réalisée sur la rencontre entre des chercheurs institutionnels de différents domaines de connaissances et des organisations traditionnelles, concernant les conflits sur l'accès aux ressources phytogénétiques au Brésil. Enfin, quelques considérations sont formulées sur la manière dont l'anthropologie citoyenne imprègne nos pratiques et nos discours, permettant une réflexion critique sur un enchevêtrement de relations.

MOTS-CLÉS: Populations traditionnelles et autochtones, État, pratiques anthropologiques, citoyenneté.



INTRODUÇÃO

As reflexões do antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira (2006) remetem a uma leitura de que, na formação da antropologia latino-americana, a figura do/a antropólogo/a cidadão/ã é recorrente. Inserido em uma sociedade (neo)colonizada, o fazer antropológico incorporou a prática política de um compromisso ético, seja na reflexão teórica, repensando conceitos, quanto na práxis, atuando pelo reconhecimento das referências culturais de populações tradicionais enquanto parte da construção dos territórios. São ações de denúncias e diagnósticos de organizações tradicionais ou inseridos nas áreas marginais, afetados por políticas e projetos (neo)desenvolvimentistas (Fleischer 2007). Levando em conta essas reflexões, abordaremos no texto que segue as experiências vividas em dois distintos contextos,

ambos contemplados pelos debates sobre a privatização e privação dos frágeis (agro)ecossistemas brasileiros e mercantilização da vida, cujas problemáticas nos conduziram à uma antropologia com atuação cidadã.

Na primeira seção, descrevemos os engajamentos, junto aos pesquisadores, juristas e populações tradicionais, contra a emergência dos megaprojetos de mineração de metais pesados na pampa brasileira. Partimos do processo que gerou o trabalho de pesquisa para inventariar os saberes pecuários na pampa brasileira, vinculado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, descrevendo os atores envolvidos e a proposta de pensar coletivamente sobre a possibilidades de existência de outras pampas. Enquanto um compromisso legal do Estado com a diversidade de referências culturais que foram fundamentais na formação da sociedade nacional, a Política Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) constituiu um marco dos movimentos para a ampliação dos direitos culturais e de existências dos grupos que ficaram nas margens desse processo. Entretanto, quando colocada em prática, entrou em contato com outras atuações do Estado que, de certa maneira, vão contra às suas diretrizes. O Estado brasileiro, em seus diferentes âmbitos, enquanto detentor dos recursos minerais e das águas, se associava à corporações transnacionais para outorga dos direitos de uso desses bens. Nesse sentido, a prática coletiva de pesquisadores/as de diferentes instituições, juntos as associações e comunidades locais acionaram diferentes mecanismos e instrumentos jurídicos que promoviam a participação das comunidades locais na gerencia e decisões acerca das suas riquezas ambientais, sendo a PNPI um desses instrumentos. Para isso, adotavam uma “linguagem de interface” (Spaolunse 2009), entre as normas e diretrizes do Estado e as ontologias de tais comunidades.



Na segunda seção, a etnografia das relações entre pesquisadores(as) e povos indígenas, tradicionais e agricultores familiares, é praticamente um esforço em descrever parte daquilo que permeia a construção das pessoas e coisas nos distintos universos, emaranhados por suas possíveis interlocuções, no “VI Congresso Latino-Americano de Agroecologia/ X Congresso Brasileiro de Agroecologia/ V Seminário de Agroecologia do DF e Entorno”. Trata-se de refletirmos criticamente sobre o espaço de mediação formulado a partir do emaranhado de relações, identificado por meio das práticas discursivas dos(as) distintos(as) mediadores(as), resultando assim, expressões conceituais políticas inversas. Daí a importância de (re)vermos, nesse contexto, não como são definidos em si os instrumentos discutidos em torno das sementes (e tudo e todos pelos quais se encontram num emaranhamento), mas como os discursos e ações foram produzidos e mobilizados no campo da natureza, da ciência e da política.

Nos perguntamos: o que tais experiências etnográficas nos ensinam sobre fazer antropologia e sobre “el derecho de vivir en paz”? Como mediar as relações políticas diante das ambiguidades do Estado? Na terceira seção, buscamos trazer, sucintamente, considerações sobre como a antropologia cidadã permeia nossas práticas e discursos, possibilitando uma reflexão crítica sobre o emaranhado das relações constituídas entre pesquisadores(as) e os(as) pesquisados(as), que nas palavras dos antropólogos de Rita Segato (2006) e Ondina Leal & José Carlos dos Anjos (1999, 153) tem reforçado em nós pesquisadores(as) da antropologia “um sentimento moral de exercício da nossa cidadania”.



2 - OS DIREITOS CULTURAIS CONTRA A MERCANTILIZAÇÃO DA VIDA NA PAMPA BRASILEIRA

A Política Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI), criada no decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial (Brasil 2000). Tal política, conforme escreveu Márcia Chuva (2012), se insere dentro do processo histórico e político de iniciativas e ações de grupos de intelectuais e/ou movimentos sociais para que o Estado, enquanto agente público, promovesse políticas públicas de proteção das referências culturais que caracterizam o processo de formação plural do Brasil. Ideias que ganharam força no contexto político do Estado Novo, na década de 1930, marcado pelo apelo nacionalista. Esse movimento lançou as bases para as políticas de Estado com vistas a preservação tanto do patrimônio material e artístico, ligado às ressonâncias das origens coloniais, quanto do então denominado “folclore” brasileiro, o que levava à importância das camadas populares e da diversidade cultural. Porém, o termo “imaterial” é relativamente novo em termos de política de Estado e se consolidou, no Brasil, a partir da promulgação da Constituição Federal, em 1988. No artigo 215, inciso 1º, escreve: “O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.” O conceito busca superar a dicotomia entre bens de pedra e cal, entendidos como patrimônio material, e demais manifestações culturais presentes na vida cotidiana e que constitui a cultura imaterial de um grupo (IPHAN, 2000). Enquanto os primeiros estavam associados às materialidades que remetem às origens elitistas europeias, o segundo se refere às formas de criar, fazer, viver e habitar das populações tradicionais.





A Política Nacional do Patrimônio Imaterial constituiu, então, um compromisso legal do Estado em inventariar, documentar, produzir conhecimento, proteger e apoiar a dinâmica das referências culturais que foram fundamentais na formação da sociedade nacional. Em vez de um papel de “mero observador”, o Estado torna-se, conforme escreveu Marcia Sant’Anna (2012), um agente que atua de maneira a proporcionar formas de apoio que garantam a continuidade dessas manifestações populares. O IPHAN e o Centro de Folclore Popular são, no âmbito federal, os institutos responsáveis pela sua execução. O Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) é, por sua vez, a metodologia elaborada no âmbito do IPHAN para o levantamento bibliográfico e etnográfico dos bens de caráter imaterial. A elaboração do inventário das referências culturais consiste em identificar e descrever as sociabilidades cotidianas entre humanos, animais, materialidades e paisagens dentro de um processo histórico. Após a finalização do inventário, busca-se o registro do bem, que significa o seu reconhecimento. Uma vez aprovado o registro, a política indica a elaboração e execução de um “plano de salvaguarda”, desenvolvendo ações que objetivam à manutenção, a preservação e a transmissão dos bens culturais para as próximas gerações (IPHAN, 2017). A política pública busca, em sua proposta, evidenciar a diversidade da construção da Nação pelos diferentes grupos tais como os povos imigrantes, as classes operárias, povos agricultores, povos indígenas e povos negros.

Por conseguinte, os processos de elaboração dos inventários consistem em parcerias institucionais entre IPHAN e Universidades Públicas². A parceria com as universidades permite o diálogo entre o debate acadêmico, as diretri-

2 No Rio Grande do Sul, a política contabiliza cinco processos de elaboração de inventários.

zes da política pública e os modos de ser, fazer e existir das comunidades e/ou povos detentores. Um diálogo que está emaranhado em negociações, conflitos, articulações e convergências. No caso em questão, as experiências refletidas neste item se referem aos desdobramentos dos engajamentos, da equipe de um inventário de referências culturais, junto aos/às pesquisadores/as, juristas e populações locais e tradicionais, contra a emergência dos megaprojetos neoextrativistas, com atenção especial à emergência da mineração de metais pesados, no território do Alto Camaquã, localizado na região fisiografia Serra do Sudeste do estado do Rio Grande do Sul.

Tal inventário, denominado “INRC - Lida Campeira”, constituiu-se a partir de uma solicitação do poder público do município de Bagé para o reconhecimento dos saberes e modos de fazer pecuários como referência cultural da pampa brasileira. O pedido resultou em uma parceria institucional entre a Prefeitura de Bagé, Universidade Federal de Pelotas (UFPel), por intermédio do curso de Bacharelado em Antropologia, e o IPHAN. O projeto iniciou em 2010, com uma equipe multidisciplinar, de antropólogos/as, historiadores/as, sociólogos/as e arqueólogos/as, que produziu um conhecimento etnográfico e histórico sobre os saberes pecuários, conhecidos na região como “*lidas campeiras*”, resultando em três relatórios e 5 vídeos etnográficos, entregues ao IPHAN no ano de 2013. A partir do material entregue, iniciou-se o processo de devolução dos resultados aos detentores e detentoras bem como para as instituições envolvidas -por meio de exposição de banners, palestras, reuniões e criação de uma página virtual -, e também uma mobilização para engajamento de novos atores ao processo que seguiria para avaliação.

No ano de 2015, a equipe recebeu o convite de apresentar o relatório para a Associação de Desenvolvimento Sustentável do Alto Camaquã (ADAC),





projeto de desenvolvimento territorial endógeno elaborando e promovendo estratégias em uma rede que reunia instituições como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) – pecuária/Bagé/RS, Universidades, Prefeituras Municipais e 23 (vinte e três) associações de pecuaristas e agricultores familiares em 08 (oito) municípios da parte alta da bacia hidrográfica do Rio Camaquã. O rio é um dos entes que se integra aos modos de viver, estando presente no cotidiano dos povos que se banham em suas águas. São diferentes coletivos, humanos e não humanos, que o habitam e que articulam seus modos de ser e de viver ao rio. Os/as pecuaristas familiares se referiram ao rio como o “*sangue da gente*” (Rodrigues, Rieth, Lima 2020). O rio e seus afluentes são, portanto, uma extensão dos corpos que experienciam diferentes relações. As águas são como o sangue e a bacia hidrográfica como um sistema circulatório de um organismo vivo em múltiplas conexões.

Na reunião, que ocorreu nas Guaritas, Distrito do município de Caçapava do Sul, a alegação foi de que os relatórios se referiam aos saberes dos trabalhadores pecuários das grandes estâncias de criação e não davam conta dos saberes dos povos e comunidades tradicionais que, historicamente, habitavam regiões marginais da pampa. A partir da reunião, iniciou-se a elaboração, em diálogo com as comunidades, de um projeto para a extensão do inventário que foi chamado de “INRC – Lida Campeira nos Campos Dobrados do Alto Camaquã” com objetivo de compor, de maneira coletiva, dos saberes pecuários. A região conhecida pela fisionomia natural de campos *dobrados* ou *sujos*³, é a mais preservada do bioma pampa com 80% da cobertura vegetal natural e,

3 Diferente dos chamados “campos limpos”, caracterizados pelo predomínio de gramíneas, os campos sujos caracterizam-se por mosaicos de gramíneas com pequenas espécies arbóreas.

ao mesmo tempo, considerada pelas narrativas do Estado como a mais pobre (Borba, 2016). São lugares onde não se implantou a modernização agrícola, o que, por sua vez, o deixaram à margem das políticas públicas de “desenvolvimento”. O grupo fazia parte de um movimento que defendia a construção de políticas públicas para os chamados pecuaristas familiares⁴.

A pesquisa propôs, a partir das dos saberes e dos modos de habitar, evidenciar outras pampas, outras ontologias. Vista como uma paisagem homogênea e vazia de pessoas, a pampa é marcada por uma diversidade de paisagens, uma diversidade de fauna e flora e diversidade de povos: agricultores e pecuaristas familiares, territórios negros e indígenas. A presença de povos tradicionais, como indígenas, quilombolas e pecuaristas familiares, até então deixada em segundo plano, tanto academicamente, como histórica e economicamente, marcou uma preocupação com os processos de valorização e reconhecimento desses saberes e modos de fazer pecuários para a biodiversidade “natural” e “doméstica” da pampa.

A composição do inventário constitui um processo de identificação e descrição das sociabilidades cotidianas entre humanos e não humanos em um processo histórico e cultural, realizando, ao mesmo tempo, uma “tradução” destas relacionalidades para o campo institucional. O trabalho de documentação consiste



4 “Entre 79% e 87% o número de estabelecimentos voltados para a agricultura/pecuária de subsistência, além de 35 comunidades quilombolas e 1 comunidade indígena, detendo um modo de vida constituído a partir de relações de coexistência e aprendizados com os bichos, coisas e paisagens”. Conforme os/as interlocutores, por ter a pecuária como principal atividade econômica, esses grupos não conseguiam acesso à políticas de créditos como o Programa Nacional de Fortalecimento da agricultura Familiar (PRONAF), criado no ano de 1995, sendo um programa de crédito para custeio das atividades agrícolas.

no preenchimento das fichas trazendo diferentes aspectos do bem, tais como a identificação dos/as praticantes, o que fazem, como fazem, com o que fazem e onde fazem. A forma de questionário estruturado faz com que tenhamos que estratificar, em partes, os diferentes elementos que compõem o bem cultural e que, em diálogo, não conseguem ser concebidos em separado. Compor uma ficha é tentar articular as diferentes caixas de informações. Entretanto, o preenchimento das fichas de identificação dos bens leva a necessidade de transitar entre as diferentes possibilidades de fazer as coisas e habitar o mundo, articulando as diferentes presenças, humanas e não humanas, emaranhadas na descrição dos bens, e possibilitando a entrada dos não humanos no rol das políticas do Estado-Nação.



Por conseguinte, no mesmo ano de 2016, os habitantes da região do Alto Camaquã encontraram uma notícia, em uma pequena chamada de um jornal de circulação regional, acerca da existência de um megaprojeto de mineração de metais pesados, localizado às margens do Rio Camaquã. O chamado “projeto Caçapava do Sul” ambicionava, em 3 minas a céu aberto, a extração anual de 16 mil toneladas de zinco, 5 mil toneladas de cobre e 36 mil toneladas de chumbo. Tais movimentos inserem a pampa dentro do projeto neoextrativista na América Latina, que concerne, como escreve Adriano Figueiró (2017, 146) numa “reedição contemporânea da política colonial acerca de um modelo de desenvolvimento pautado na exportação direta dos recursos naturais, com baixa tecnologia e valor agregado.” Esses fatores definem territórios enquanto possibilidades para a ação do capital e se baseiam em conjuntos de ações que vão expandindo as possibilidades para o futuro, acionando novos agentes de intervenção a fim de consolidar as diversas facetas do modelo neoextrativista. Na ânsia de acumulação ampliada de capital, tais projetos colocam em xeque

as diversas existências enquanto entes com valores históricos e patrimônios culturais. Processo que Ana Dominguez (2017) discute, junto a outros autores, pelo conceito de “territorialização do capital” em que diferentes agentes econômicos interferem nos territórios rurais latino-americanos vislumbrando as possibilidades que estes territórios têm pela presença de “recursos estratégicos” (Dominguez 2017, 91).

Passamos, então, a integrar o movimento, enquanto equipe de pesquisa que iria reconhecer os saberes pecuários como “patrimônio”, o que levaria a mais uma “ferramenta” de defesa dos modos de viver e existir destes povos. O movimento articulava uma rede com diferentes instituições e pesquisadores/as de diferentes áreas que, junto as populações tradicionais e locais, passaram a elaborar questionamentos aos relatórios de impactos ambientais e sociais publicados pelas empresas como parte do processo de licenciamento ambiental. As estratégias e organização das manifestações em diferentes contextos se davam por meio da plataforma whatsapp. Entre muitas informações compartilhadas, circulou um mapa no site da Agência Nacional de Mineração (ANM), mostrava os inúmeros projetos de mineração indicados no território pampiano. Eram centenas de projetos entre pedidos de prospecção, de licenciamento e de cava. A constatação de que, conforme o artigo 20 da Constituição Federal, são bens da união os lagos, rios e quaisquer correntes de água, bem como os recursos minerais, inclusive os do subsolo (Brasil, 1988), as estratégias versaram, entre outras, a acionar os diferentes mecanismos e instrumentos jurídicos que promoviam a participação das comunidades locais na gerencia e decisões acerca das suas riquezas ambientais, colocando suas vozes e ocupando diferentes espaços, sendo um deles, as audiências públicas que constituíam os processos de licenciamento ambiental.





Nas audiências públicas, estavam bastante esclarecidos os interesses da atual gestão do Estado, em âmbitos estaduais e federais, no processo de facilitação da outorga dos direitos de extração dos minérios, bem como dos usos das águas. A mensagem de um representante da gestão do governo do estado do Rio Grande do Sul, trazia o apoio ao projeto, sob o argumento de que o mesmo traria “desenvolvimento” para a região. Após, falou o engenheiro responsável pelo empreendimento que, de início, enfatizou que a corporação era “*uma empresa familiar*” e que estava trazendo o mais alto grau de desenvolvimento tecnológico no que se refere a engenharia para a mineração, sendo um projeto “*sustentável*”. As manifestações das comunidades e povos locais, por sua, tencionavam entre aqueles que viam a possibilidade de empregos para a região, pois “*não queremos mais ser o lugar mais pobre do estado*”, e outros, dando ênfase a representantes das associações e instituições ligadas a ADAC, argumentavam que a mineração não trazia “desenvolvimento” e “progresso”. A questão em jogo no âmbito dos debates era o que deveria ser considerado e quem seria afetado. Aqueles que defendiam um projeto de desenvolvimento exógeno justificam a “pobreza” da região e uma pampa “vazia”, sem gente e sem bichos, destacando o fator social de geração de empregos enquanto um progresso que tinha ônus para “poucos”, mas que beneficiaria a maioria da população. Já outras concepções, defendiam um projeto de desenvolvimento endógeno que levava em consideração os modos de vida tradicionais e as interações entre seres vivos, as materialidades e os ambientes, justificando que suas presenças deveriam serem “respeitadas”. A noção de “respeito” ao rio, aos bichos, às pedras consistia em um preceito central nas contra-narrativas das pessoas ao projeto de garimpagem.

Em ambos os lados do conflito, estavam as redes compostos por pesquisadores/as, associações, representantes dos poderes públicos das diferentes instancias, artistas e moradores/as locais. Redes de acionavam diferentes ontologias. De um lado, os engenheiros da mineradora garantiam que o empreendimento de garimpagem não iria causar impactos negativos no ambiente como, por exemplo, a contaminação pelas águas e pelo ar. Assim, argumentam o uso de instrumentos de tecnologias avançadas de controle dos resíduos decorrentes da exploração dos minérios. Por outro lado, tem-se os moradores ribeirinhos que traziam narrativas de que seus modos de vida e dos outros seres, estavam entrelaçados ao rio e que os “engenheiros” não consideravam tais relações. O destino do rio seria o mesmo destino dos outros seres que habitavam suas águas e suas margens, já que o cobre e o chumbo, tal como os venenos, ao penetrarem nos corpos, não saíam e, então, não movimentavam o ciclo da vida. Blaser (2015) entende como o “problema da política racional”, que acontece quando os contendores estão ao menos de acordo sobre o que estão contendo. Porém, na política racional, as vidas não humanas não são trazidas para dentro do espaço político ficando no âmbito das crenças e romantismos. O único protocolo aceito é o da ciência universal sustentada na grande divisão entre natureza e culturas.

O Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul chegou a divulgar uma nota em que defendia “mais engenharia e menos proselitismo” nos debates em torno dos projetos de mineração. Esse preceito trazia outra divisão entre o “nós”, os cientistas e engenheiros, que entendemos a natureza como ela é, e os “outros” que concebem a natureza a partir de crenças e imaginações pouco realistas (Latour 1994). Entretanto, os povos tradicionais inseriam para dentro do âmbito da política racional, os não humanos. Um exemplo se dava quando



levantam faixas em que traziam a mensagem de que “o rio Camaquã pede socorro”. Se o rio Camaquã pede socorro, infere-se, então, que o mesmo, tal como os outros seres que compartilhavam o território, sentiam suas vidas ameaçadas e não queriam a presença de tal empreendimento. O rio merecia *respeito*. Havia, portanto, um conflito ontológico⁵ entre um mundo sustentado na ontologia dualista e outros mundos sustentados em ontologias relacionais (Escobar 2014).

A atuação da equipe responsável pelo inventário se deu, entre outras práticas, em questionamentos protocolados na Fundação Estadual de Proteção Ambiental - RS (Fepam), referentes aos processos que envolviam o licenciamento ambiental. Junto a rede que defendia os direitos das populações locais de poderem decidir sobre os seus mundos e suas existências, bem como das instituições que defendiam a conservação dos ambientes, elaborou-se documentos em forma de questionamentos referente às falhas dos Estudos de Impactos ambientais/Relatórios de Impactos Ambientais. Os documentos apontavam a negação da existência das populações tradicionais, o desrespeito a dinâmica social das comunidades e dos saberes associados à biodiversidade do bioma pampa. As populações locais, por conseguinte, apropriaram-se do processo do inventário considerando uma ferramenta estatal para a defesa dos direitos. O discurso antropológico com e para uma instituição estatal adotou uma “linguagem de interface” (Spaolonse 2009) para se tornar inteligível, ou seja, a produção de estudos e de relatórios que descreviam e contextualizam a questão das comunidades, seus mundos e suas relacionidades, era de “tradução” dos conceitos e métodos da antropologia para o campo jurídico.



5 Segundo Blaser (2015) é possível que um conflito ontológico esteja ocorrendo ainda que as partes estejam falando a mesma linguagem, ou seja, falando de um mesmo rio.

Se considerarmos que a modernidade separa a dimensão da ciência, vista como uma representação da natureza e dimensão da política vista como um espaço onde as forças disputam, negociam e articulam o poder para representá-las no Estado-Nação (La Cadena 2008), elaboração do inventário, além de desafiar a identificar e descrever as sociabilidades cotidianas entre humanos e não humanos em um processo histórico e cultural, passou a se orientar para a ativação política da relacionalidade (Escobar, 2014), fazendo uma “tradução” e “mediação” destas relacionalidades para o campo institucional.

3 - OS RECURSOS GENÉTICOS EM PAUTA: ENTRE AS REGRAS ESTATAIS E A COMUNICAÇÃO SUBVERSIVA

O tema da salvaguarda vegetal, caracterizado por suas normas e instrumentos de segurança das espécies vegetais, também tem sido representado pela escatologia moderna “A Arca de Noé”, cuja problemática universal é centro das pautas científicas e políticas. Pode-se dizer que, no Brasil a “Arca de Noé” tem sido sinônimo de uma estrutura estatal de conservação dos recursos genéticos planejada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

A Embrapa foi criada em 1973, para a reestruturação tecnológica ocidental da agropecuária no Brasil. Inicialmente, o objetivo foi acompanhar os processos advindos da modernização da agricultura no mundo, na então denominada “Revolução Verde”, promovendo a intensificação da área de produção alimentícia no país. Além disso, havia interesse do governo em ampliar as exportações de grãos, pois, naquele momento, o país dependia, sobretudo, da exportação das *commodities* agrícolas do café, açúcar, cacau e algodão (Cabral 2005).



Considerado o carro chefe da Empresa, os programas de melhoramento genético, foram os principais instrumentos científicos responsáveis no desenvolvimento dos produtos agrícolas. É possível dizer que a criação dos Bancos Ativos de Germoplasma (BAGs) dentre outros fatores, foi motivada também pela contribuição (o que se acreditava) das variedades fitogenéticas na concepção dos produtos agrícolas.

Os BAGs e o sistema de conservação *ex situ* surgem na Embrapa por meio da relação entre técnicas científicas, e o conhecimento dos povos indígenas, comunidades tradicionais e os distintos agricultores familiares. Segundo Londres, nos anos de 1978 e 1979, as expedições realizadas pelo grupo do Centro Nacional de Recursos Genéticos (CENARGEN)⁶ efetuadas no interior do Brasil, tiveram a contribuição, sobretudo, de populações indígenas e tradicionais que disponibilizaram amostras de variedades de milho para a conservação no BAG da instituição, com o propósito de compor o acervo genético, utilizado por melhoristas de plantas (Londres *et al.* 2014).

Contudo, no trabalho etnográfico realizado em meio aos profissionais da Embrapa, especialmente, nos períodos que compreenderam 2012 a 2019, na Embrapa Clima Temperado⁷, localizada em Pelotas no estado do Rio Grande do



- 6 O Centro também é conhecido por Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, localizado em Brasília, no Distrito Federal.
- 7 Diante da oportunidade de realizar o estágio de Graduação e Pós-Graduação na Embrapa Clima Temperado, há mais de dez anos, Cristiane têm trabalhado com a mediação de conflitos e das necessidades que surgem nas comunidades indígenas, no que tange especificamente ao acesso de recursos genéticos na Empresa, no estado do Rio Grande do Sul. O diálogo intercultural entre a instituição e as lideranças indígenas é fruto de uma antropologia militante, ou melhor, trata-se de um esforço contínuo, parafraseando Leal e Anjos (1999) de uma vigilância radical, para que possamos contribuir com uma

Sul (RS), e Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, situada em Brasília no Distrito Federal (DF), os cientistas entrevistados manifestaram que pouco se utilizou das variedades fitogenéticas conservadas nos BAGs nos programas de melhoramento genético. Isso se deve ao fato de que, a diversidade genética das espécies vegetais, nesse caso, não é um requisito essencial para o melhoramento, ao contrário, as sementes são submetidas a uma intensa homogeneização, purificação, limpeza, em termos genéricos, até serem transformadas em produtos do mercado agrícola.

Uma vez que a diversidade fitogenética deixa de ser empregada nos programas de melhoramento, as variedades conservadas nos BAGs da Empresa, segundo os(as) cientistas, passam a ser centro dos questionamentos quanto aos rumos das sementes. Dentre os fatores que têm permeado a defesa da abertura dos BAGs para a comunidade civil, está o discurso das problemáticas vividas pelas mudanças climáticas, a erosão genética, e consequentemente a insegurança alimentar e a fome.

Portanto, Shiva salienta que a crise da biodiversidade vai além da crise do desaparecimento de espécies, cuja valoração econômica dos recursos genéticos tem sustentado as grandes empresas, assim servindo de matéria-prima industrial. Trata-se, fundamentalmente, de uma crise que ameaça a vida e o sustento de milhões de pessoas nos países sulistas, convencionalmente denominados de países do Terceiro Mundo (Shiva 2003).

No Brasil, a Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia segundo a pesquisadora entrevistada P.B foi marcada pelo episódio ocorrido em meados da

antropologia comprometida com a cidadania de ambas as partes (pesquisadores e pesquisados).



década de 1990, quando o povo indígena Krahô reivindica o acesso às suas sementes de milho conservadas nos BAGs da instituição. Isso significa que, há pouco mais de duas décadas, a partir dos movimentos pela biodiversidade pelas organizações não governamentais, pode-se dizer que foi introduzido o debate e ações para a abertura dos BAGs, a fim de possibilitar o acesso das organizações civis, povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares.

Dentre os espaços criados para a reivindicação do germoplasma e a gestão das normas de acesso, buscamos trazer parte dos debates acalorados do “VI Congresso Latino-Americano de Agroecologia/ X Congresso Brasileiro de Agroecologia/ V Seminário de Agroecologia do DF e Entorno”, que reunia milhares de pessoas e lideranças de diferentes povos indígenas e tradicionais, em meados de setembro de 2017, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães em Brasília. O Evento de Agroecologia daquele ano foi constituído de distintos micro espaços de mediações e palestras centrais, reunindo pesquisadores(as) das universidades, das instituições de pesquisa, de extensão, estudantes, bem como os representantes das organizações civis, agricultores familiares, povos indígenas e tradicionais.

A Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, como entidade do Estado, exerceria sua função de mediadora, diante da sociedade civil e das organizações sociais presentes no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, onde ocorreu o congresso. No interior deste extenso espaço, havia um grande auditório central. Se dizia que ali ocorriam as principais apresentações e discussões do encontro. Ao mesmo tempo, ainda no prédio, as diversas salas eram ocupadas por outras práticas, identificadas por seus temas transversais. Já no pavilhão em anexo, foram organizadas as bancas com livros e demais publi-



cações; além de uma estrutura paralela construída para receber os *banners* e suas breves apresentações acadêmicas.

Em outro pavilhão havia bancas de venda de produtos alimentares artesanais e outras de diversas associações/organizações dos distintos territórios do Brasil. Exatamente no segundo dia do evento, mais alguns passos, os participantes exibiram e trocaram sementes. Tudo foi exposto temporariamente em compridas bancadas de madeiras, preenchidas por múltiplas cores vegetais e sua gente. Ali também foi um espaço criado para apresentações artístico-políticas, os encontros, reuniões, etc., em paralelo com uma praça de alimentação.

No saguão central do congresso, assim como na entrada de cada pavilhão, eram encontradas figuras associadas a uma espécie de mapa temático, para a localização de cada ambiente. O Centro de Convenções Ulysses Guimarães era dividido em espaços de discussões identificados, principalmente, pelos nomes populares da fauna e flora do Cerrado, assim espalhados em cada canto do Centro.

No pátio interno, também havia outros espaços para debates e práticas. As cinco barracas, em média, construídas de bambu com a superfície de lona e com tecidos de tons alegres, no seu entorno, transmitiam um ambiente, aparentemente, aconchegante. No interior delas, havia cartazes e outras coisas, que contribuíam com os diálogos, assim orientados por temas transversais do congresso, como: a tenda “Alimentação Saudável” coordenada pelo então Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e demais parceiros. Entre palestras e oficinas, as discussões em pauta reuniram não somente estudantes e profissionais, mas, também, agricultores(as) e representantes das organizações e movimentos sociais.

Com uma proposta semelhante à do MDS, no que diz respeito à operacionalização dos discursos globais coloniais, uma associação que realizamos



ao conteúdo programático do evento, a tenda da Embrapa, particularmente, estava composta por coisas do seu mundo. Equipada com microfones, caixas de som, um monitor médio, suspenso por um suporte de ferro que lhe erguia a uma altura de mais de um metro e meio, atrelado a alguns equipamentos tecnológicos, apoiava as apresentações digitais de seus profissionais.

Além disso, no espaço de mediação chamava a atenção, às sementes visivelmente confinadas em uma caixa de madeira, com compartimentos de isopor em miniatura, selada por uma tampa de vidro transparente, compunham um múltiplo universo de cores e tamanhos, de certa maneira isoladas daqueles presentes. Tal reservatório apresentava apenas uma parte dos milhares de acessos às plantas-sementes, que a Embrapa tivera coletado e recebido ao longo da sua história. Ao lado, também havia algumas listas impressas com o nome das espécies vegetais que compõem os BAGs; sementes de variedades de feijão-miúdo, reservadas em um compartimento de plástico; e os pacotes de alumínio lacrados, mas com sementes, estavam codificados com a linguagem da instituição. Essas embalagens, segundo o técnico que havia contribuído com a organização da tenda, eram amostras daquelas que estavam na Colbase⁸. No entorno, também havia caixas de madeira, as tais casinhas para abelhas concentrarem a produção de mel, e mais alguns cartazes com suas imagens, contendo um conteúdo brevemente explicativo.

Contudo, não poderia passar despercebido o tema central dos diálogos de uma manhã quente de quinta-feira. A extensa impressão, intitulada “Siste-

8 Em poucas linhas, a Colbase é um local tecnológico de conservação a longo prazo das variedades de sementes, com temperatura e umidade baixas e controladas. É possível dizer que, este mecanismo rígido busca manter a base do germoplasma isolado, sem que haja a sua utilização para intercâmbio, como ocorre nos BAGs.



mas de Curadorias de Germoplasma da Embrapa”, localizada de frente para a porta de entrada da tenda, anunciava o ritual conflituoso entre o *modus operandi* dos(as) pesquisadores(as) e as práticas dos povos indígenas e tradicionais ali presentes.

A junção de alguns profissionais da Embrapa, de estudantes e povos agricultores no espaço de mediação, arquitetada de modo que os participantes e os pesquisadores se acomodassem lado a lado em círculo, não inibiu as nítidas segregações e seus limites entre os pesquisadores da instituição e os demais participantes. De um lado, formou-se o núcleo dos cientistas e intelectuais da pesquisa ocidental, e do outro lado, os discentes e pessoas-viventes do mundo rural.

Podemos compreender o encontro por meio das palavras de Krenak (2015) quando declara que os povos têm a incumbência de educar as instituições, o que aparece como uma sutileza de ordem instrutiva é possível identificar que nas suas entrelinhas há uma transposição dos efeitos da organização e reivindicação dos corpos e seus saberes políticos que cada povo confronta frente ao mundo e suas instituições ocidentais. Nos espaços de mediações, especialmente no Encontro de Agroecologia, nos deparamos com lideranças indígenas e tradicionais, primeiramente, ouvindo o que os(as) representantes institucionais têm a dizer sobre seus programas e projetos. Os discursos desses líderes sempre vêm carregados de conceptualizações e filosofias não ocidentalizadas, como diria metaforicamente, em forma de ensinamento um tanto diplomático dos profissionais e seus órgãos.

No lugar de fala a supervisora de curadoria de germoplasma D.S da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, diante de uma questão tão relevante, tanto para os povos quanto para os(as) profissionais da Embrapa, naquela ocasião, mencionou que o espaço fora criado para um simples diálogo a respei-



to dos procedimentos de conservação e legais dos recursos genéticos na Embrapa. A supervisora D.S explicou ainda que a função dos bancos na instituição era de conservar espécies de interesse para a sociedade. Perante a figura esquemática dos “Sistemas de Curadorias de Germoplasma da Embrapa”, falou das etapas percorridas pela instituição, para que se obtenha os recursos genéticos. Com uma linguagem compreensível, acompanhando as ilustrações, disse que os recursos são coletados nos distintos biomas e com agricultores, mas também podem ser recebidos por meio das relações de intercâmbio entre a Embrapa e outras organizações nacionais e internacionais. Informou aos presentes que as espécies já nas mãos do curador, quando solicitadas por associações de agricultores, o curador é consultado para saber da disponibilidade do material.

Como os pedidos tratavam-se de experiências recentes, a Embrapa estava discutindo internamente os procedimentos legais para a concessão dos recursos. Procedeu explicando que os curadores⁹ eram responsáveis por enviarem uma cópia genética das coletas à Colbase, respeitando os códigos de segurança. Com os saquinhos metálicos na mão, mostrou como as poucas sementes eram conservadas na Colbase a graus negativos, diferentemente da estrutura e do caráter dinâmico dos BAGs. Justificou que a cópia era para algum momento eventual, como a perda da variedade pelo próprio curador. Defendeu que a vantagem de existir os bancos genéticos era pelo benefício prestado para a

9 O curador ou curadora tem o papel de gestor(a) encarregado(a) de manter a vida das sementes, tanto em ambientes hostis, como é o caso da câmara fria, quanto em campos, principalmente da instituição, para a multiplicação e desenvolvimento biológico das espécies vegetais com seus ambientes; esta última atividade, explicam os(as) curadores(as), tem como propósito contribuir com as etapas coevolutivas das plantas, o que garante a conservação das espécies (FEIJÓ, 2019, p. 79).



sociedade, por meio do melhoramento, como também pela possibilidade de as comunidades terem acesso à diversidade. Nesse instante, os olhares pareciam atentos aos relatos da porta-voz.

A supervisora D.S também assegurou que a Embrapa é uma instituição que presta serviço à sociedade, podendo contribuir com as fases adversas enfrentadas pelos agricultores. O reforço das práticas realizadas pela Embrapa logo viria acrescentado por outra profissional da instituição. Foi então que a supervisora se direcionou para a pesquisadora M.B, apresentando sua colega como uma pessoa experiente no tema em debate. Além disso, sua participação no espaço de discussões para a elaboração da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) parecia garantir com veemência as experiências da pesquisadora.

Porém, antes mesmo de prosseguir esse emaranhado de discursos e práticas, rememoremos como a fala de D.S reproduz uma carga normativa exercida pelo *modus operandi* desses profissionais, muitas vezes anunciadas repetidamente pelos(as) pesquisadores(as) em outros espaços de mediações, como em nossos diálogos nas diferentes unidades da Embrapa.

Além das etapas percorridas para a purificação científica das coisas, como as regras de limpeza e controle das sementes antes de habitar os BAGs, não menos importantes são os questionamentos que se fazem em relação ao uso e o direcionamento dos vegetais que ficam aprisionados nos sistemas de conservação da instituição. As críticas verbalizadas à estocagem desta diversidade genética, que aparentemente deveria contribuir com os programas de melhoramento genético, trataram de registrar o quanto as regras e os parâmetros científicos-políticos-ocidentais abdicam da diversidade, para a elaboração de seus produtos agrícolas.



Nesse sentido, conforme relembram os(as) pesquisadores(as), se utilizou quase nada desse germoplasma, e caberia compreender qual seria o novo destino desse universo confinado. Foi P. B que, em nossa conversa, manifestou que os “BAGs sempre foram abertos para a sociedade civil”. Esse é o grande dilema, pois na medida em que as sementes, raízes, tubérculos, etc. são coletados, é simultaneamente prevista a transformação da coisa para outra, ou seja, a diversidade vegetal ganha forma e regras distintas daquelas do seu território de origem.

Como quer que seja, o fato é que essas sementes na Embrapa hoje são atribuídas aos próprios desafios desses(as) pesquisadores(as), em contribuir com a elaboração de medidas para a regulamentação do acesso aos bancos de germoplasma. Muitos dos(as) cientistas, principalmente, relembravam de certa maneira, o caminho que a Embrapa vinha buscando percorrer.

Referiam-se às novas relações, mas também às velhas interações da pesquisa com as políticas públicas, que estavam sendo construídas por meio da elaboração do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), momento pelo qual a sociedade civil reivindica os direitos dos povos agricultores ao acesso às coleções de germoplasma conservadas nos BAGs da Embrapa (CIAPO, 2013).

Segundo Burle e Dias (2014), a temática foi discutida na Comissão Nacional de Agroecologia e Agricultura Orgânica (CNAPO) com o propósito de construir uma normatização para a abertura dos bancos de germoplasma públicos. Dentre as diversas pautas abordadas, a Subcomissão Temática de Sementes responsabilizou-se por discutir aspectos que nortearam a construção da norma técnica interna da Embrapa para o acesso aos BAGs. Tal compromisso da instituição compõe as diretrizes do Decreto nº 7.794 de 20 de agosto de 2012, o qual institui a PNAPO.



Além disso, a Lei 13.123 também normatizou o acesso dos povos aos materiais genéticos mantidos por instituições nacionais geridas por recursos públicos (Brasil 2015). Nesse sentido, a Lei, que foi regulamentada pelo Decreto nº 8.772 de 11 de maio de 2016, estabeleceu como será aplicado o referido mecanismo legal, determinando os procedimentos burocráticos para o acesso aos BAGs institucionais (Brasil 2016).

Porém, entre tantos instrumentos jurídicos, que vigoraram naquele momento, a segunda edição do Planapo 2016-2019 em complemento às ações ao Planapo 2013-2015, publicada ainda no ano de 2016, mencionava o avanço das ações do primeiro ciclo do Plano em relação à construção de uma nova regulamentação dos procedimentos para o acesso dos agricultores aos BAGs da Embrapa. A proposta resultou na construção institucional da resolução nº 156 (Política para o Desenvolvimento de Parcerias e Negócios da Embrapa em Genética Vegetal) de 28 de março de 2016, bem como na norma nº 037.013.001.002 de 05 de abril de 2016, o que em tese possibilita o acesso aos bancos de germoplasma (Ciapo 2016).

Alguns pesquisadores(as) entrevistados(as), não por acaso, mencionaram incansavelmente as discussões legais já que caminharam entre esses espaços de relações, pelos quais se associa o importante emaranhado de trocas da instituição entre a ciência e o universo das políticas e suas normativas. Uma série de debates atravessados por suas distintas práticas e embates, há pouco mais de uma década, contribuiu, como dizem os(as) pesquisadores(as), para algumas alterações e avanços, em termos dos “direitos dos agricultores” às sementes.

Porém, como de praxe, a operacionalização desses instrumentos não tem sido uma tarefa fácil. Retomando o espaço de mediação construído no evento



de Agroecologia, M.B chamou a atenção que a Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia era responsável por gerenciar os recursos genéticos nas demais unidades espalhadas pelo Brasil. Disse que a corrida para a conservação de plantas iniciou-se ainda na década de 1970, sendo uma medida mundialmente adotada, já que estavam diante da modernização da agricultura, a qual entendia que era essencial a concentração e homogeneização no uso/consumo de espécies restritas.

Era preciso fundamentar e justificar aos presentes tamanho poder da Empresa no Brasil, mas, também, expor um mapa da biodiversidade do país, construído a partir dos povos e seus territórios. Foi então que M.B relatou como eram realizadas as coletas de germoplasmas. Todos, ao chegar na Embrapa, eram encaminhados para seu banco específico, onde os curadores se encarregavam de multiplicarem as sementes, com todos os cuidados para que não houvesse contaminação entre os materiais. Lembrou que, ao longo do tempo, as comunidades têm pleiteado o acesso aos materiais coletados pela instituição. Em resposta às reivindicações, a Embrapa atualmente estaria, disse ela, mais aberta para atender os povos agricultores que vêm solicitando sementes.

Já o pesquisador I.A da Embrapa Clima Temperado, ao se apresentar ao público como melhorista de plantas, verbalizou que por meio da interação humana-planta-ambiente, atualmente, estariam estudando uma variedade de feijão crioulo, de um agricultor, cuja semente teria dez vezes mais fibras, e maior quantidade de antioxidantes que os demais encontrados no mercado. O pesquisador declarou que a riqueza identificada nessas variedades crioulas não se assemelhava com as demais cultivares desenvolvidas por empresas em programas de melhoramento genético como a Embrapa; elucidou que os profissionais melhoristas não podiam trabalhar com toda a variação que a natureza oferecia/oferece. Comentou também de que maneira as sementes crioulas



chagam à Embrapa, especificamente, no BAG de feijão ao qual é de sua responsabilidade. A partir da sua relação com diversas comunidades e agricultores, eles têm contribuído, enviando suas variedades para a coleção de sementes crioulas. Lá na Embrapa, disse o cientista I.A, as sementes são multiplicadas, e retomam para as mãos de outros agricultores, para que possam cultivá-las. Trata-se da instituição prestar um importante serviço para a sociedade, auxiliando tanto na conservação desses materiais, quanto na circulação dessas sementes em meios aos povos agricultores.

Entendemos, mais que o papel duramente técnico da ciência, de conservar as sementes nas câmaras frias e multiplicá-las nos campos da Embrapa, os(as) profissionais envolvem-se, parafraseando Ingold (2015) nos fluxos e movimentos materiais que contribuem para contínua formação das pessoas.

Contudo, assistimos nos segundos de reflexão entre os(as) envolvidos(as) no espaço de mediação, a apreensão revelada nas comunicativas faces. Além disso, as dúvidas e curiosidades transitavam entre nós. Entre os discursos e ações, foram declarados os diversos limites existentes entre os espaços e suas relações. Após os aplausos, o microfone chega nas mãos daqueles que estavam ali para escutar os(as) pesquisadores(as), mas também, para falar de outras experiências, lutas e das parcerias entre as organizações sociais, povos indígenas tradicionais e as unidades da Embrapa. Mais uma vez, a declaração retoma o ponto inicial do diálogo introduzido pelos(as) profissionais da instituição. Na fala desses(as) pesquisadores(as) era possível identificar as tensões e os desafios vivenciados, em forma de respostas às indagações realizadas pelo público que os(as) assistia.

O antropólogo mexicano convidado E. B fomentou o debate revelando que, as leis podiam ser entendidas como instrumentos de opressão, e assim



os bancos são “epistemologicamente capitalistas”. Disse ele que, diante do controle neoliberal os indígenas-camponeses no México criaram seus espaços de resistência. Segundo o antropólogo, as feiras atualmente são os principais espaços, onde se reúnem os indígenas-camponeses, para as trocas entre seus territórios. Em suma, concluiu E. B dizendo que: “essa seria uma forma didática da existência de bancos de sementes, como orgulho e defesa do que é nosso. Estes são os principais sistemas alimentares locais. É uma defesa do que é próprio”.

Em contrapartida, não é de hoje que os movimentos indígenas têm defendido outra postura político-ecológica frente à resolução apresentada e imposta pelos discursos hegemônicos. Para compreendermos tal embate, olhe-mos para as denúncias realizadas pelos próprios nativos, como reivindicação histórico-geográfica dos seus territórios e modos de vida, em detrimento aos atos predatórios dos não indígenas. Trata-se da subversão do saber colonial e suas normativas legais, compreendida assim como uma incansável batalha pelo “derecho de vivir en paz”, como cantava e encantava o grande artista e cantor Victor Jara, em seu canto universal.

O que se percebeu é que o retrato e os relatos a partir do *modus operandi* desses(as) pesquisadores(as) é delimitado, ora pela semelhante linguagem entre os profissionais – um processo coletivo –, ora pelo caráter individual na operacionalização, de certa maneira subversiva, desses mecanismos, assim, inscritas pelas ações pessoais de cada pesquisador(a). Isso significa que, o espaço de liberdade se concretiza quando os(as) curadores(as) subvertem as regras institucionais, através das relações e intervenções dos povos indígenas e tradicionais. A subjetivação, torna-se elemento essencial de resistência, diante de um cenário dominante. Isto é, nas palavras de Castro-Gómez, esse jogo



permite que as relações de poder sejam reversíveis, enquanto que o estado de dominação não predominará o jogo de liberdade, mas, sim, o exercício da violência. As formas de saber e os processos de subjetivação (pode ser visto como um conjunto de práticas sobre práticas) são percebidos como possíveis espaços de liberdade e de resistência diante de um cenário dominador (Castro-Gómez 2010).

Em suma, ainda que as relações e o emaranhado de coisas (pessoas e sementes) sejam historicamente reconhecidos entre ambos, não se pode refutar a ideia de subversão das ações e conceitos coloniais, por parte dos povos indígenas e tradicionais, bem como por pesquisadores(as). Garantir os direitos dos povos assegurados na Constituição Federal, requer também o exercício contínuo da complexa mediação do debate antropológico entre pesquisadores(as) e povos indígenas e tradicionais, a respeito da temática em questão. Isso significa que, essa experiência etnográfica é fruto de tais reflexões sobre a interação entre o Estado e as organizações indígenas, no âmbito da atuação antropológica cidadã, entendida também nesse contexto, por uma intervenção crítica-conceitual das ações.



4 - POR UMA ANTROPOLOGIA CIDADÃ: ENTRE A SUBVERSÃO DOS DISCURSOS E DAS PRÁTICAS DO ESTADO

Chegamos no momento que é imprescindível refletirmos sobre a dimensão do ato de uma antropologia cidadã sobre as nossas imersões em um campo, cujas temáticas debatidas nos distintos espaços políticos de mediações, e abordadas nos primeiros tópicos, propõe o entendimento sobre a lógica conflituosa entre os instrumentos legais do Estado e a garantia da vida dos povos

indígenas, tradicionais e locais. Se é possível que façamos constantemente uma desconstrução de uma corporeidade antropológica colonial, que nos assombrou, e de certa maneira ainda assombra nossos pensamentos, torna-se plausível reconhecer algumas estratégias de subversão, tanto por aqueles que lutam diariamente por seus saberes-fazer, quanto por parte de uma antropologia militante, cidadã. Isso significa que, nesse espaço de forças, buscou-se legitimar por meio dos discursos e práticas também locais, a possibilidade de dialogar com o Estado. O que está em jogo, nas vivências etnográficas, é a garantia do lugar de fala dos povos nativos e locais, por meio da própria práxis antropológica, legitimando de certa maneira esse exercício de uma antropologia cidadã.

Nesse sentido, é importante discutir uma “antropologia a partir de”, de tal maneira que tais contextos passem a ter um *lócus* de enunciação, um lugar político, que problematizam tanto o fazer antropológico quanto as concepções do Estado, trazendo para dentro as narrativas que, diante do contexto de avanço dos projetos neoliberais, acione o dever constitucional de garantir os direitos assegurados, ou melhor, o direito legal de ter o direito à vida. É, conforme Veena Das y Deborah Poole (2008, p. 25), uma ativação de “los diferentes espacios, formas y prácticas a través de las cuales el estado está constantemente siendo experimentado y deconstruido mediante la ilegibilidad de sus propias prácticas, documentos y palabras.” É reconhecendo o nosso lugar de antropólogos/as vinculados/as ao Estado, seja pela Universidade Pública, seja em diálogo com outras instituições, que a prática “a partir de” leve a sério as diferentes ontologias em jogo, de maneira a fazer a mediação e, ao mesmo tempo, subverter normas e instrumentos legais. É o que Rita Segato (2006) considera uma “pulsão ética”, distinta da complacência moral e obediência direta às leis, como um desejo sensível para melhorar a vida e de expandir os di-



reitos. Ao pensarmos com os outros, nas nossas distintas práticas etnográficas, mas ambos/as engajados contra a mercantização da vida, estávamos atuando como escreveu Soraya Fleischer (2007), como “antropólogos anfíbios”, que se refere a estar em mais de um meio: na universidade e/ou nas vertentes de intervenção tais como ONG’s, órgãos do governo e Estado; e também engajados/as com os próprios grupos sociais e seus mundos como mediadores/as, tradutores/as. Por ser uma antropologia feita no “quintal de casa”, se engaja na construção da nação plural e heterogênea em uma atitude de inserção desses grupos como parte dessa construção. Nesses termos, trazemos a Mariza Peirano (2006), que escreveu que a alteridade, no Brasil se dá, diferentemente dos países coloniais, centrada mais na diferença do que no exotismo, tornando os/as antropólogos/as brasileiros/as, além de geograficamente próximos dos coletivos de suas pesquisas, também tendo uma proximidade ética e política.

Em suma, a antropologia cidadã pode ser entendida por meio do olhar atento dos discursos e práticas coloniais, e pela tradução crítica dos anseios e das violências sofridas historicamente pelos povos indígenas e tradicionais. A antropologia cidadã perpassa o que Krenak (2015), um dos porta-vozes indígenas, nos trouxe como uma reflexão crítica sobre os conflitos entre os distintos discursos e práticas. Para Krenak (2015), tais confrontos têm sido fruto dos acontecimentos históricos entre os nativos e não indígenas, cuja representação reitera a reincidência de uma contraversão do encontro. Nas palavras da liderança política indígena, o encontro parece que nem começou, mas, em certas circunstâncias, ele parece recordar o seu fim. Isso porque a própria ideia de que o desenvolvimento e o progresso chegaram naquelas canoas produz essa ruptura, ou seja, de um encontro desencontrado. Esse pensamento ainda é reproduzido no relacionamento entre os não indígenas e os povos nativos.



Assim, mais do que a relação de contato com o Outro, busca-se constantemente intervir nas políticas públicas do Estado (Krenak 2015).

Os debates apresentados ao longo do texto são emblemas do que Boaventura de Souza Santos (2016) chamou de “experimentalismos democráticos” enquanto processos vividos por países desiguais e heterogêneos como é o caso do Brasil. Essa “onda” de ampliação dos direitos e fomento dos mecanismos de participação dos povos nas decisões acerca dos seus destinos, embora muitas vezes não instruídas enquanto políticas de Estado, representaram possíveis espaços de acesso. Mecanismos que, no atual contexto de avanço da democracia neoliberal, vêm sendo desconstruídos e fragmentados, retirando as possibilidades de mediação nas relações entre Estado e sociedade civil. Isso remete à uma constante avaliação de nossas práticas dentro dos emaranhados de linhas que envolvem a luta pela ampliação dos direitos ao “bem conviver”, tal como escreveu Alberto Acosta (2016), indicando a urgência de buscarmos novas formas de viver e existir com o foco direto em parar o processo de mercantilização da vida, ou seja, “com os pés fincados nos Direitos Humanos e nos Direitos da Natureza”. (Acosta 2016, 29). Por fim, a escrita dessas reflexões foram inspiradas na canção de Victor Jara (2014) que funde todo o clamor dessas populações pelo direito a existência e de viver em paz.



5 - REFERÊNCIAS

- Acosta, Alberto. 2016. *O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante.
- Blaser, Mário. 2015. *Los conflictos ontológicos y el problema de la política racional*. Conferência pronunciada no Seminário Internacional de Pensamento Contemporâneo, Universidad del Cauca.
- Brasil. 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado.
- _____. 2000. Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.
- _____. 2016. Decreto nº 8.772, de 11 de maio de 2016. Regulamenta a Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015. Dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília.
- Borba, Marcos Flávio. 2016. *Desenvolvimento territorial endógeno: o caso do Alto Camapuã*. In: Waquill, Paulo, Matte, Alessandra; Neske, Márcio; Borba, Marcos Flávio. Pecuária familiar no Rio Grande do Sul: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 187-214.
- Cabral, José Irineu. 2005. *Sol da manhã: memória da Embrapa*. Brasília: UNESCO.
- Cardoso de Oliveira, Roberto. 2006. *O trabalho do antropólogo*. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora Unespe.





- Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO). 2013. *Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO*. Brasília: MDS; CIAPO.
- Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO). 2016. *Brasil Agroecológico: Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - Planapo: 2016-2019/ Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário.
- Castro-Gómez, Santiago. 2010. *Historia de la gubernamentalidad – Razón de Estado, liberalismo y neoliberalismo en Michel Foucault*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Pontificia Universidad Javeriana - Instituto Pensar; Universidad Santo Tomás de Aquino.
- Chuva, Márcia. 2012. «Por uma história da noção de Patrimônio Cultural no Brasil.» *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 146-165.
- Das, Veena; Poole, Deborah. 2008. «El estado y sus márgenes. Etnografías comparadas.» *Cuadernos de Antropología Social*, (27): 19-52.
- Domínguez, Ana. 2017. *La territorialización del capital y la monopolización del territorio pampa*. En Olhares sobre o pampa: um território em disputa, por Wizniewsky, Carmen Rejane Flores; Foletto, Eliane Mari, s.p, Porto Alegre: Evangraf.
- Escobar, Arturo. *Sentipensar con la tierra. Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia*. Medellín: Ediciones UNAULA, 2014.
- Feijó, Cristiane Tavares. 2019. *A Arca de Noé: diálogos sobre conservação entre ciência e povos indígenas*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Figueiró, Adriano Severo. 2017. *Transformações na paisagem do pampa: a territorialização do capital e a monopolização do território*. In: Wizniewsky, Carmen Rejane Flores; Foletto, Eliane Maria (Org.). *Olhares sobre o pampa* [recurso eletrônico]: um território em disputa. Porto Alegre: Evangraf.

- Fleischer, Soraya. 2007. «Antropólogos ‘anfíbios’? Alguns comentários sobre a relação entre Antropologia e intervenção no Brasil.» *Anthropológicas, Recife*, 18(1): 37-70.
- Jara, Victor. 2014. *El derecho de vivir en paz*. Youtube: Victor Jara Music. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XkXise2bHE0> Acesso em 30 de maio de 2021.
- Ingold, Tim. *Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. Tradução de Fábio Creder. Petrópolis: Vozes, 2015.
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). 2000. *Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC): Manual de aplicação*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
- _____. 2017. *Salvaguarda de bens registrados: patrimônio cultural do Brasil: apoio e fomento*. Coordenação e organização Rivia Ryker Bandeira de Alencar. Brasília: IPHAN.
- Krenak, Ailton. 2015. *Entrevista concedida a Txai Terri Valle de Aquino*. Papo de Índio. Manaus: UEA.
- La Cadena, Marisol de. 2008. «Política indígena: un análisis más allá de la Política.» *Wan Journal*, 4: 139-171.
- Leal, Ondina Fachel; Anjos, José Carlos dos. 1999. «Cidadania de quem? Possibilidades e limites da Antropologia.» *Horizontes Antropológicos*, 10: 151-175.
- Latour, Bruno. 1994. *Jamais fomos modernos: Ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Ed. 34.
- Londres, Flavia. Dias, Terezinha Borges, Piovezan, Ubiratan, y Schiavini, Fernando. 2014. *As sementes tradicionais dos Krahô: uma experiência de integração das estratégias on farm e ex situ de conservação de recursos genéticos. (Sementes locais: experiências agroecológicas de conservação e uso)*. Rio de Janeiro: AS-PTA.
- Peirano, Mariza. 2006. A Alteridade em Contexto. En *A Teoria Viva e outros ensaios de antropologia*, de Mariza Peirano, 53-67. Rio de Janeiro: Zahar Editores.



Rodrigues, Vagner Barreto, Lima, Daniel Vaz, y Rieth, Flávia Maria Silva. 2020. «O rio é como o sangue da gente: mineração e ambiente nos campos do Alto Camaquã.» *Tekoporá*, 2(2): 27-40.

Sant'Anna, Márcia. 2012. *Relatório Final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial*. In. IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O registro do patrimônio imaterial: dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília, DF: IPHAN.

Santos, Boaventura de Souza. 2016. *A difícil democracia: reinventar as esquerdas*. São Paulo: Boitempo.

Segato, Rita Laura. 2006. «Antropologia e direitos humanos: alteridade e ética no movimento de expansão dos direitos universais.» *MANA* 12(1): 207-236.

Shiva, Vandana. 2003. *Monoculturas da mente: perspectiva da biodiversidade e da biotecnologia*. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Gaia.

Spaolonse, Marcelo Barbosa. 2009. *De estudante de antropologia a antropólogo de Estado: apontamentos sobre uma peculiar transição*. Disponível em: <http://www.antropologia.com.br/colu/colu50.htm> Acesso em 2016.

